



A Reforma de Córdoba e a Educação Superior: Institucionalização da Extensão Universitária no Brasil

Simone da Rosa Messina Gomez¹  Marilene Gabriel Dalla Corte²  Gabriela Paim Rosso³ 
^{1 2 3} Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO

A Reforma de Córdoba (1918) estabeleceu um marco para as universidades latino-americanas constituindo-se como uma referência para suas reformas universitárias. Entre os princípios que nortearam essa manifestação estudantil, está a extensão universitária, entendida como compromisso social da universidade. Nessa perspectiva, objetiva-se analisar os reflexos da Reforma de Córdoba com relação à extensão universitária no contexto brasileiro. A abordagem metodológica está embasada na pesquisa bibliográfica, análise documental e análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados. Como resultado observou-se que as influências da Reforma de Córdoba sobre as reformas universitárias e movimentos estudantis na América Latina são indicativos para a compreensão das políticas e práticas atuais extensionistas, bem como do processo de creditação da extensão na pedagogia universitária. Diante disso, verifica-se que o Brasil possui algumas políticas extensionistas, porém com pouco apoio financeiro e valorização da extensão na pedagogia universitária, o que dificulta o engajamento da comunidade acadêmica. Portanto, espera-se que o Plano Nacional de Educação, por meio da meta que propõe a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação, possa contribuir para tornar a extensão indissociável à pesquisa e ao ensino nas Universidades Brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE

Reforma de Córdoba. Manifestação estudantil. Extensão universitária. Reforma do ensino superior. Pedagogia da educação superior.

Correspondência ao Autor

¹ Simone da Rosa Messina Gomez
 E-mail: simessina@gmail.com
 Universidade Estadual de Maringá, Brasil
 CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/1304285992542398>

Submetido: 11 out. 2018

Aceito: 17 dez. 2018

Publicado: 24 dez. 2018

 [10.20396/riesup.v5i0.8653655](https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653655)

e-location: e019020

ISSN 2446-9424

Checkagem Antiplágio



Distribuído sobre



Cordoba Reform and Higher Education: Institucionalization of Extension University in Brazil

ABSTRACT

The Reform of Cordoba (1918) established a landmark for university reforms in Latin America. The Extension University is among principles that guided this student manifestation, understood as a social commitment of the Cordoba university. The objective of this paper is to analyze repercussions of the Cordoba Reform in relation to the university extension in the Brazilian context. The methodological approach is based on bibliographic research, documentary analysis and content analysis. As a result, the influence of the Cordoba Reform on university reforms and student movements in Latin America indicates how the current extensionist policies and practices are constructed. Although Brazil has elaborated some extension policies, there has been little financial support and appreciation of extension in university pedagogy. As consequence, there is a lack of engagement of the university community. Thus, the expectation is that the National Education Plan can contribute to strengthen the indissociable relation among extension, research and teaching in Brazilian Universities through goal of inclusion of extension in undergraduate courses curriculum.

KEYWORDS

Cordoba Reform. Student demonstration. University extension. Higher education reform. Higher education pedagogy.

La Reforma de Córdoba y a Educación Superior: Institucionalización de la Extensión Universitaria en Brasil

RESUMEN

La Reforma de Córdoba (1918) estableció un marco para las universidades latinoamericanas constituyéndose como una referencia para sus reformas universitarias. Entre los principios que guiaron esta manifestación estudiantil, está la extensión universitaria, entendida como compromiso social de la universidad. En esa perspectiva, se pretende analizar los reflejos de la Reforma de Córdoba con relación a la extensión universitaria en el contexto brasileño. El enfoque metodológico está fundamentado en la investigación bibliográfica, análisis documental y análisis de contenido como forma de tratamiento de los datos. Como resultado se observó que las influencias de la Reforma de Córdoba sobre las reformas universitarias y movimientos estudiantiles en América Latina son indicativas para la comprensión de las políticas y prácticas actuales extensionistas, así como la comprensión del proceso de acreditación de la extensión en la pedagogía universitaria. En este sentido, se observa que Brasil posee algunas políticas extensionistas, sin embargo con poco apoyo financiero y valorización de la extensión en la pedagogía universitaria, lo que dificulta el compromiso de la comunidad académica. Por lo tanto, se espera que el Plan Nacional de Educación, pueda contribuir a hacer la extensión indisoluble a la investigación y la enseñanza en las Universidades Brasileñas, por medio de la meta que propone la inserción curricular de la extensión en los cursos de graduación.

PALABRAS CLAVE

Reforma de Córdoba. Manifestación estudiantil. Reforma de la enseñanza superior. Extensión universitaria. Pedagogía universitaria.

Introdução

A Reforma de Córdoba (1918) foi um processo de reestruturação universitária que emergiu de uma manifestação estudantil universitária. O referido evento ocorreu no contexto histórico da América Latina no final da primeira guerra mundial e revolução russa, ganhando força, também, com as revoluções de todo continente latino-americano e em articulação com o movimento operário. A partir do movimento estudantil da Universidade de Córdoba (Argentina), entendia-se que as estruturas monásticas e monárquicas estavam ultrapassadas e deveriam ser rompidas para dar espaço a uma universidade mais democrática.

O Movimento de Córdoba influenciou as demais reestruturações universitárias na Latino-América, inclusive no Brasil, provocando algumas mudanças e gerando desafios à educação superior. Também repercutiu na [re]articulação curricular e na institucionalização da extensão universitária no Brasil.

Nessa perspectiva, objetivou-se analisar os reflexos da Reforma de Córdoba com relação à extensão universitária no contexto brasileiro. Para tanto, a abordagem metodológica consistiu em uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se da análise documental e da análise de conteúdo para o tratamento dos dados.

A Constituição Federal Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394 de 1996, reconhecem a extensão como uma das principais atribuições universitárias devendo ser indissociável do ensino e da pesquisa. Recentemente, o Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei n. 13.005/2014, propôs a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação a qual tem gerado desafios às Instituições de Educação Superior (IES), sendo relevante reflexionar esta questão à luz do Manifesto Cordobense.

Destaca-se que compreender o contexto histórico da extensão na educação superior é uma das maneiras de definir o desenvolvimento do compromisso social das Instituições de Educação Superior e a indissociabilidade do ensino e da pesquisa, referenciada nos documentos legislativos educacionais, a fim de evidenciar os preceitos determinantes às práticas atuais.

Na primeira seção deste ensaio teórico, apresenta-se as reivindicações da Reforma de Córdoba e sua influência no processo de institucionalização da extensão no Brasil. Na segunda, aborda-se a construção histórica do conceito de extensão universitária e o movimento estudantil brasileiro. Na terceira seção, discute-se as perspectivas da concepção crítica de extensão, considerando sua inserção curricular e, conseqüente, da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Por fim, prioriza-se analisar os principais reflexos da Reforma de Córdoba à extensão universitária brasileira.

A Reforma de Córdoba e a Institucionalização da Extensão na América Latina

A reforma universitária iniciou na América Latina a partir da Universidade de Córdoba, na Argentina em 1918, promovida por estudantes que produziram um manifesto por escrito com suas demandas. Eles lutavam contra uma universidade tradicional e obsoleta, a qual denominavam “claustro”, devido à intervenção religiosa na instituição e “refúgio de médiocres” quando se referiam às rígidas cátedras permeadas pelo autoritarismo docente e pelo ensino dogmático. Outra reivindicação era a participação dos estudantes na gestão universitária, já que o regime administrativo não contemplava seus anseios. Conforme palavras dos estudantes, a universidade era “[...] o lugar onde todas as formas de tyrannizar e insensibilizar acharam a cátedra que as ditasse”. Além disso, cabe destacar: “A juventude universitária de Córdoba afirma que jamais fez questão de nomes nem de empregos. Se levantou contra um regime administrativo, contra um método docente, contra um conceito de autoridade” (JORNAL DA UNIVERSIDADE, 2018, s/p).

Para os manifestantes, o regime universitário era “anacrônico”, visto que estava ultrapassado, constituindo-se inadequado para aquele tempo. No quesito relação professor-aluno, os estudantes reivindicavam por uma relação mais próxima que gerasse um ambiente harmonioso para o ensino e a aprendizagem, pois os docentes mantinham uma “distância olímpica” do seu alunado. Além disso, a universidade mantinha suas portas fechadas à sociedade, fato que despertou revolta nos estudantes, pois acreditavam que a universidade deveria desempenhar um papel social, o qual foi denominado, mais tarde, de extensão universitária.

Oliveira e Azevedo (2008, p. 66) destacam os princípios da Reforma de Córdoba que servem como referência aos debates que tenham como objetivo a democratização das universidades:

[...] autonomia universitária; eleição de dirigentes pela comunidade acadêmica; concursos para aprovação de cargos docentes; livre docência; não obrigatoriedade de frequência nas aulas; gratuidade do ensino; renovação dos métodos de ensino e aprendizagem; assistência social para permanência dos estudantes e democratização do acesso; **extensão universitária** e integração latino-americana. (grifo nosso)

Para Sousa (2013), o Manifesto de Córdoba aparece como o marco de uma nova luta por uma reforma da universidade latino-americana que a transformasse e a fizesse assumir seu compromisso social. Posteriormente ao referido movimento, a Guatemala sediou o primeiro Congresso de Extensão Universitária Latino-Americana, na Universidade de San Carlos. Na ocasião, foram aprovadas resoluções relacionadas aos conceitos de função social, ação social e difusão cultural.

El papel de la universidad como institución al servicio de la comunidad, estudiosa de sus problemas y generadora de soluciones y la necesidad de proyectar el quehacer universitario hacia la sociedad fue ratificado en el Primer Congreso de Universidades Latinoamericanas realizado en Guatemala en 1949. (UDUAL, 1949, s/p)

Em 1957, o Chile promoveu a “Primeira Conferência Latino-Americana de Extensão e Difusão Universitária”, organizada pela União das Universidades da Latino-América reafirmando a importância da extensão nas universidades latino-americanas:

POR SUS FINALIDADES, la Extensión Universitaria debe proponerse como fines fundamentales proyectar dinámica y coordinadamente la cultura y vincular a todo el pueblo con la Universidad además de dichos fines la Extensión Universitaria debe procurar estimular el desarrollo social, elevar el nivel espiritual, intelectual y técnico de la nación, proponiendo, imparcial y objetivamente ante la opinión pública las soluciones fundamentales a los problemas de interés general. (UDUAL, 1972, s/p)

Outro evento significativo para a extensão foi promovido no México em 1972, ocorreu a Segunda Conferência Latino-Americana de Extensão Universitária e Difusão Cultural, constituindo-se em um momento de importância histórica, considerando como parâmetros de discussão as seguintes políticas de extensão: a) situação da sociedade; b) Universidade-sociedade:

Extensión Universitaria es la interacción entre la Universidad y los demás componentes del cuerpo social, a través de la cual ésta asume y cumple su compromiso de participación en el proceso social de creación de la cultura y de liberación y transformación radical de la comunidad nacional. (UDUAL, 1972, s/p)

No Quadro 1 verifica-se a cronologia dos primeiros eventos educacionais na América Latina com vistas ao fortalecimento de novas tendências da pedagogia universitária, com especial destaque a articulação da extensão universitária.

Quadro 1. Movimento pró-social das universidades latino-americanas (1908-1972)

Ano	País	Propostas Históricas
1918	Argentina	Movimento de Córdoba – referência histórica para a Universidade Latino-americana.
1949	Guatemala	Primeiro Congresso de Extensão Universitária Latino-Americana da Universidade de San Carlos.
1957	Chile	Primeira Conferência Latino-Americana de Extensão e Difusão Universitária.
1972	México	Segunda Conferência Latino-Americana de Extensão Universitária e Difusão Cultural.

Fonte: Bemvenuti (2002).

As universidades latino-americanas foram, aos poucos, avançando nas concepções acerca da extensão, conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 2. Organização conceitual das IES latino-americanas com relação à extensão universitária

Ano	País	Discussões
1996	Cuba	Conceito atual de extensão; formação cultural do estudante através da extensão universitária; estratégias de trabalho e a relação interna nas IES; movimento artístico e universitário; investigações socio culturais e a realização de programas em áreas rurais e urbanas.
1997	Argentina	Avançou de forma solidária na construção de um marco teórico que garanta a qualidade dos trabalhos extensionistas nas IES, com vistas ao estabelecimento de uma política de educação superior orientadora do futuro destes países.
1998	Costa Rica	Determinou e promoveu novos paradigmas da extensão universitária diante das mudanças globais.
1999	Venezuela	Análise da extensão no contexto da globalização e proposição de processos gerenciais para a consolidação da extensão universitária como função básica das universidades.
2000	México	Conhecer a situação da extensão e da cultura e do serviço nas IES e seu impacto na sociedade através da análise das experiências e das áreas que envolvem o uso de novas tecnologias e informação.

Fonte: Bemvenuti (2002).

A fundamentação das concepções de extensão, contribuíram para o processo de institucionalização da extensão na América Latina e para a formulação de políticas públicas nesse sentido. De acordo com Azevedo, Braggio e Catani (2018, p. 46):

Constata-se que o principal motivo das reclamações de Córdoba terem se expandido para outras universidades da Argentina e também para outros países como o Brasil, por exemplo, é que apesar dos reclames serem regionalizados, combinaram preocupações educacionais com questões mais amplas de ordem política, social e econômica.

No contexto brasileiro, a criação das universidades ocorreu tardiamente, sendo inicialmente um lócus para a classe abastada da época, especialmente aos portugueses que estavam colonizando o Brasil e elites. Concomitante ao momento em que ocorria a Reforma de Córdoba na Argentina, o Brasil vivia o período da República Velha (1889-1930) com a oligarquia dos grandes latifundiários no poder. Nesse contexto, os movimentos sociais começaram a se insurgir contra as classes dominantes, sendo o princípio para o posterior surgimento do movimento estudantil.

Dez anos após ao Manifesto de Córdoba, os estudantes do Rio de Janeiro também publicaram um manifesto no qual reafirmaram as reivindicações de Córdoba e referenciaram a extensão universitária como o meio de “[...] comunicação direta com a imensa massa trabalhadora, impossibilitada de saldar as valias onerosas de taxas e tributos absurdos que convertem os estabelecimentos superiores em monopólio das classes privilegiadas” (JORNAL DA UNIVERSIDADE, 2018, s/p).

O referido documento se parece muito com o Manifesto de Córdoba, indicando as mesmas reivindicações. Segundo Azevedo, Braggio e Catani (2018, p. 42),

[...] um dos objetivos desses estudantes era apontar a situação do regime universitário brasileiro considerado pelos estudantes como retrógrado, obsoleto, anacrônico e carregado de imperfeições desde sua criação.

Em 1932, publicou-se um novo manifesto aos estudantes brasileiros, contendo seis capítulos, entre os quais estava a extensão universitária denominada como “função social da universidade”. A reivindicação da Reforma Universitária, implícita nos manifestos, defendia o comprometimento da universidade com os problemas sociais, de saúde, educação e economia, politizando-a sem partidizar-se (AZEVEDO, BRAGGIO; CATANI, 2018).

O compromisso social das universidades só despontou entre os anos 50 e 60 a partir de um movimento estudantil denominado União Nacional dos Estudantes (UNE), assim como ocorreu em Córdoba (GADOTTI, 2017).

Somente em 1968, a Reforma Universitária foi formalizada no Brasil por meio da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, a qual fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior no Brasil. Com relação à extensão universitária, a referida lei não aprofundou conceitos nem procedimentos, apenas trouxe uma noção de envolvimento dos docentes e discentes com a comunidade:

Art. 40. As instituições de ensino superior: *a*) por meio de suas atividades de Extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento. (BRASIL, 1968, s/p)

Nos anos oitenta, os Pró-Reitores de extensão das universidades públicas brasileiras começaram a reunir-se em fóruns (FORPROEX) para debater os conceitos e políticas extensionistas. Assim, a extensão foi, então, ganhando espaço na Constituição Federal Brasileira de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394 de 1996, considerando-a indissociável do ensino e pesquisa.

Em 1999, o FORPROEX publicou o Plano Nacional de Extensão, definindo conceitos e diretrizes para a extensão nas universidades brasileiras, o qual foi posteriormente transformado na Política Nacional de Extensão em 2012. Recentemente, os últimos Planos Nacionais de Educação (2001 e 2014) de 2001 e 2014 trazem uma inovação para a extensão universitária, a partir da exigência de que dez por cento da carga horária dos currículos de graduação seja creditada a partir de projetos ou programas de extensão em áreas de pertinência social, o que tem gerado desafios às IES, pois ainda estão sendo discutidas maneiras de concretizá-la.

A contradição desse processo de institucionalização da extensão é constatada pela carência de prioridade no financiamento público específico que sustente a extensão nas IES, o que prejudica o desenvolvimento das ações extensionistas, visto que o orçamento das universidades vem sofrendo contingenciamento de recursos financeiros nos últimos anos.

Nesse cenário, a institucionalização da extensão ainda está em processo de consolidação no Brasil, o qual se encontra em um momento de grande instabilidade política e econômica, com cada vez menos recursos que contemplem a inserção social dos acadêmicos. Na próxima seção, encontram-se discussões acerca da evolução conceitual da extensão no contexto histórico do Brasil, à luz da Reforma de Córdoba.

As Influências do Movimento Estudantil Brasileiro e a Construção Conceitual da Extensão: um Panorama Histórico

No decorrer da história da educação brasileira, a extensão universitária foi uma das linhas de frente das ações estudantis sendo um marco na aproximação da universidade à sociedade. A partir disso, o conceito de Extensão vem sendo construído em três vertentes principais: a concepção tradicional que está relacionada ao atendimento das demandas da comunidade de forma assistencialista e sem reflexão política; a concepção processual na qual a extensão é considerada um compromisso social, articulada com o ensino e a pesquisa e, por fim, a concepção crítica que pressupõe a inserção curricular da extensão, bem como o desenvolvimento do ensino e da pesquisa com base na realidade da população brasileira (CALDERÓN, SANTOS; SARMENTO, 2011).

Diante de todas as abordagens conceituais apresentadas adota-se, nesse estudo, como conceito de extensão universitária a perspectiva crítica “[...] um processo formativo que integra as instituições de educação superior à sociedade mediante conhecimentos produzidos tanto no âmbito institucional quanto na troca de saberes com a comunidade em sua realidade” (GOMEZ, 2018, p. 47).

Assim, apresenta-se neste texto, a evolução do conceito de extensão até sua concepção crítica, no contexto dos movimentos estudantis brasileiros. O movimento estudantil se fez presente em diversas frentes de luta, nas decisões políticas e na reformulação da estrutura de universidade. Os estudantes, oriundos de diversas classes sociais, assumiram posições de enfrentamento aos interesses da supremacia, e posteriormente, passaram a representar a luta pelas classes populares oprimidas.

O Movimento Estudantil¹ foi atuante em diversas lutas como: Invasão Francesa (1710), Inconfidência Mineira (1778), campanhas pela ascensão da Colônia à República, alforria aos escravos, entre outros. Isso demonstrou que já havia uma preocupação dos estudantes de não se manterem restritos à sala de aula, mas ativos na vida política e aos

¹ O movimento estudantil se consolidou como uma das principais formas de mobilização social que reivindicava ao Poder Público a implementação de medidas às deficiências em setores como educação e a redemocratização durante Ditadura Militar (1964-1985). No Brasil remontam em 1710, quando vários estudantes, que faziam parte dos conventos religiosos, se juntaram para expulsar invasores franceses dos colégios e das moradias que abrigavam os religiosos no Rio de Janeiro (POENER, 2013). O registro mais antigo que se tem sobre a organização do Movimento no Brasil, data-se em 1910 em São Paulo, a partir do primeiro Congresso Nacional dos Estudantes (SOUSA, 2010).

interesses nacionais. Além disso, houve a importação de ideias revolucionárias, creditadas aos jovens estudantes que possibilitaram a realização do sonho de fundação da universidade brasileira (SOUSA, 2010).

Devido a esta forte representação estudantil, Gurgel (1986) destaca duas vertentes que acometeram as propostas relativas à extensão brasileira em suas diferentes épocas: as universidades populares² e o modelo norte-americano³. No Brasil, foi registrada, em São Paulo, em 1912, a Universidade Livre de São Paulo⁴, de cunho popular. O referido autor aponta que “[...] na Universidade Livre de São Paulo foi definida a primeira formulação extensionista do país: os cursos de extensão”. (GURGEL, 1986, p. 35). Já o modelo norte-americano só ganhou força no período ditatorial e foi usado como base na importação de políticas e modelos de formação às universidades.

Outro período de destaque ao Movimento Estudantil foi a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, envolvida nas ações de luta social e política. Sousa (2010, p. 28) evidencia que “[...] o surgimento desta entidade representou uma tomada de consciência dos estudantes, em nível nacional, e tornou-se um divisor de águas do Movimento Estudantil na História do Brasil”, a qual buscou responder e representar as necessidades do Estado Novo, em apoio aos interesses da população. Em 1938, a UNE, influenciada pelas ideologias de esquerda do Partido Comunista e pela Juventude Universitária Católica (JUC), elaborou o Plano de Sugestões para Reforma Educacional Brasileira:

O manifesto exigia que a universidade fosse configurada em forma de uma estrutura democrática, com autonomia política de docência, administração e finanças. Reivindicava a necessidade de uma unidade latino-americana para combater o imperialismo e as ditaduras. Pleiteava a gratuidade do ensino; periodicidade da cátedra; a reorganização acadêmica em seus métodos, conteúdos e técnicas; uma melhor qualificação dos docentes; um processo democrático de ingresso do estudante na universidade; e uma articulação orgânica entre o nível superior e o sistema de educação nacional. (GURGEL, 1986, p. 36)

Gurgel (1986) destaca que, apesar de estar baseado no manifesto argentino, o plano constituía-se em um documento operacional, no qual apresentavam-se benefícios aos estudantes universitários e ao Estado, em detrimento aos interesses do povo. O autor salienta ainda, que apesar das contradições evidenciadas, há a comprovação de que os estudantes

² As universidades populares surgiram na Europa, no século XIX, com o objetivo de disseminação de conhecimentos técnicos ao povo, tendo assumido uma grande importância na Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália. [...] A crítica se dirige diretamente aos intelectuais que participavam das universidades populares, os quais, mesmo interessados em servir à classe dominada, eram totalmente incompetentes para compreender suas propostas e sua forma de vida. Gramsci, contudo, não deixa de valorizar as possibilidades encontradas na experiência afirmando, inclusive, que tais movimentos mereciam ser melhor estudados. (GURGEL, 1986, p. 31-32)

³ As experiências extensionistas nos Estados Unidos apareceram a partir da década de 1860, em função de duas propostas diferenciadas: a extensão cooperativa ou rural e a extensão universitária geral. [...] A extensão americana, desde os seus primórdios, caracterizou-se pela ideia de prestação de serviços [...], a extensão surgiu como iniciativa de instituições oficiais. (GURGEL, 1986, p. 32)

⁴ Sob a influência do médico Eduardo Augusto Ribeiro, militante positivista, que em 1888, fazia menção ao ensino livre. (GURGEL, 1986, p. 32)

brasileiros, além de conhecerem o documento de Córdoba, foram fortemente influenciados por ele.

O Plano de Sugestões (UNE) também apresenta a reformulação das funções da Universidade a partir da extensão, pautada na formação de cunho científico e artístico nos mais diversos meios sociais.

Com o fim do Estado Novo, muitos movimentos surgiram na perspectiva de difusão cultural, perante a criação de cursos de extensão e de promoção de centros de debates. Universidades Populares foram criadas, organizadas e vinculadas a instituições de ensino médio ou a bibliotecas. Em 1947, muitos projetos, universidades populares e delegações democráticas, dizimaram-se com o encerramento do Partido Comunista Brasileiro - PCB (PAIVA, 1987). Na ótica de Sousa (2010, p. 35):

A Extensão Universitária, até esse momento, pode ser concebida da seguinte forma: a Universidade encontrava-se envolvida sociopoliticamente com a Sociedade. É possível reconhecer aqui os germes de diferentes modos de atuação - política, social e cultural - que irão estar presentes em momentos diversos no futuro da UNE e da própria Universidade.

A Reforma Universitária ganhou ênfase novamente, a partir de 1958, com a discussão da formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e reivindicações do Movimento Estudantil. Mas, apenas trinta anos após o documento da UNE ser lançado, foi publicada a Lei nº 5.540/68, que trata da Reforma Universitária. A referida lei propõe a extensão universitária:

[...] como um instrumento de presença obrigatória nas universidades e que deve ter a função de promoção cultural, artística, cívica e desportiva do corpo discente, devendo também oportunizar a participação estudantil na vida da comunidade, de forma tal a contribuir para o seu desenvolvimento. (SOUSA, 2010, p. 30)

Sousa (2010) diverge da referida lei ao apontar a omissão de propostas em referência às Universidades Populares, previsto no Plano de 1938, nesse sentido, atribuindo à extensão ações de prestação de serviços inerentes a qualquer apreço político. No entanto, os estudantes mantiveram-se engajados em ações políticas e na elaboração de documentos, promovidos em eventos, como os descritos no Quadro 3.

Quadro 3. Movimento Estudantil e a elaboração de documentos em eventos em três grandes eventos prol da Reforma Universitária Brasileira na década de 60

Local/Ano	Evento	Discussões	Reivindicações e conclusões
Bahia 1961	I Seminário Nacional da Reforma Universitária	A realidade brasileira; a universidade brasileira; a reforma universitária; conclusões do congresso sobre o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Análise crítica da universidade ao contexto da realidade brasileira; alcançar um maior compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo; ações extensionistas evidentes em uma universidade da extensão, de forma institucionalizada, em serviço do povo.
Paraná 1962	II Seminário Nacional da Reforma Universitária	Retomada dos aspectos discutidos na Declaração da Bahia; continuidade das análises, debates e sugestões.	Reforma universitária como reforma de base; mudança de estrutura; inserção da universidade na realidade brasileira, ativa às necessidades sociais do povo; criação da UNE/Volante e luta por ? de representação estudantil nos órgãos colegiados das universidades e faculdades; atribuir a universidade a missão de instrumento de criação de uma cultura nacional, em condições favoráveis ao desenvolvimento de uma consciência da problemática brasileira sob a participação do povo.
Belo Horizonte/ Minas Gerais 1963	III Seminário Nacional da Reforma Universitária	Corroborar ao conteúdo da Declaração da Bahia e da Carta do Paraná, para a reafirmação de suas posições	Ultrapassar a fase teórica da reforma universitária e organizar novos caminhos; reconhecer o Movimento Estudantil como associação efetiva às lutas pelos principais projetos de reformas de base e vincular as forças populares à luta pela reforma universitária.

Fonte: Sousa (2010, p. 37-41).

Com base nesses eventos, a partir de 1961, as lutas estudantis objetivaram a politização estudantil quanto a organização de movimentos populares. Para Sousa (2010), a política estudantil atribuída à extensão como instrumento de conscientização e libertação do Estado. Este, por sua vez, manteve-se em posição favorável às elites e utilizou a extensão como meio de adaptar a sociedade aos princípios desenvolvimentistas.

Para compreensão da ideologia politizada estudantil, Sousa (2010) apresenta as formulações extensionistas, organizadas sob a influência direta dos estudantes universitários, em quatro grandes dimensões:

- a) **Serviço de Extensão Cultural (SEC):** O Projeto de Angicos/RN⁵, coordenado por Paulo Freire em 1963, na alfabetização de adultos, é uma das referências mais marcantes desse processo, assim como a erradicação de doenças no campo e auxílio em campanhas sanitárias. Os estudantes obtiveram maior contato com as necessidades sociais, ao lado de docentes e técnicos a partir do Serviço de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco. A alfabetização - organizada em métodos pedagógicos condizentes a política

⁵ Em dezembro de 1962, um grupo de estudantes, em sua maioria universitários, realizou o levantamento do universo vocabular da população de Angicos preparando o terreno para a experiência que viria a seguir. Nos primeiros meses de 1963, esses estudantes, "católicos radicais", criaram vários Círculos de Cultura e, sob o patrocínio do Governo do Rio Grande do Norte e da "Aliança para o Progresso" (programa de origem norte-americana), tornaram possível o emprego do referido método. (GERMANO, 1997, p. 389)

popular - e a disseminação da cultura popular pautavam-se como educação de base à conscientização política e socioeconômica pertencentes;

- b) **Movimento Cultural Popular (MCP):** criado em 1960, a extensão teve como ponto de ação a cultura e a educação. Influenciados por ideias socialistas e cristãs, o MCP esteve vinculado a Prefeitura de Recife, expandindo-se ao Rio Grande do Norte, com o objetivo de combater o analfabetismo⁶ e elevar a culturalidade do povo, em sobreposição às culturas estrangeiras, a fim da valorização das tradições locais e a libertação do cidadão brasileiro, econômica e socialmente. Destaca-se nesse movimento os ideais a Universidade Popular, como frente a promoção de lazer cultural, ações teatrais, núcleos de cultura e divulgação popular, atividades sistemáticas de alfabetização, educação de base direcionadas à infância e adolescência, exercendo papel fundamental na atividade educativa do período;
- c) **Centro Popular de Cultura (CPC):** inspirado no MCP, motivava-se pela valorização da cultura popular a fim de produção de uma nova relação intelectual ao povo, estando a serviço aos ideais de uma formação libertadora. A base de ação volta-se ao teatro, realizado nas ruas fora do ambiente da Universidade, e manifestações de arte didática, vistas como princípio promissor no processo de conscientização e de formação politizada às classes populares, sob o apoio da UNE-Volante e intelectuais do ramo artístico O CPC, segundo a autora, é o que mais se aproxima à representação da concepção de Extensão Universitária, ao firmar o trabalho em diferentes setores sociais em parceria com a Universidade;
- d) **UNE-Volante:** surgiu a partir da concepção de Universidade Volante⁷ sob o propósito de complementar as necessidades da UNE e expandir as discussões do II Seminário da Reforma Universitária, de 1962, ao maior número de estudantes. Esteve vinculada ao CPC, onde promoveu mobilizações populares e criação de diversas sedes no país, a fim de, levar a universidade ao povo e trazê-la ao seu convívio. Seu foco de atuação era a educação e cultura, áreas nas quais serviram como base para as atividades de extensão universitária já institucionalizada.

O período de 1963, ainda segundo a autora, foi o que mais envolveu estudantes e professores em programas de: educação popular, educação de base e alfabetização de adultos. A extensão passou a receber toda conotação e envolvimento político-social, sendo assumida, pelos estudantes em seus mais diversas conjunturas (SOUSA, 2010).

⁶ No período após o Estado Novo, estima-se que em média 80% da população era analfabeta, segundo dados apresentados por Ferraro e Kreidlow (2004) no artigo Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais, publicado na revista Educação & Realidade promovida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁷ Tratava-se de uma proposta inicial da Universidade Federal do Paraná, que intenta levar a Universidade ao povo e trazê-lo ao seu convívio. [...] Uma forma de Universidade Popular, havia a participação dos docentes nas diversas ações, procurando identificar problemas e desenvolver soluções. [...] Em algumas localidades onde a Universidade-Volante atuou, [...] posteriormente surgiram as Universidades Populares. Esta ideia foi aproveitada pelo governo pós-1964, funcionando como embrião para o Projeto Rondon. (SOUSA, 2010, p. 47)

A partir do Golpe Militar de 1964, as ações extensionistas passam a uma concepção assistencialista e de serviço ao Estado. Os movimentos foram enfraquecidos, a UNE⁸ e seus documentos extinguidos e os projetos passaram a ser recriados, fora do contexto universitário, a fim de ocupar os estudantes através da extensão universitária e legitimar a ditadura. O Projeto Rondon⁹, aliado com as forças armadas e seu Programa de Campus Avançado é uma referência, tendo a universidade como parceira. De acordo com Sousa (2010, p. 64):

Nesse momento político, cuidar da educação no país, era um assunto de segurança nacional. [...] A Universidade foi apenas uma instituição participante [...] a ideia que vai predominar sobre concepção de extensão e a de prestação de serviços, a partir da criação do Projeto Rondon e da dispersão do movimento Estudantil.

Segundo Sousa (2010) a ditadura militar, tenta velar suas intenções contemplando as reclamações dos estudantes, atribuindo a extensão como mais uma função da universidade e reafirmam a participação dos estudantes no processo de desenvolvimento do país. Contudo,

[...] a Extensão, antes uma bandeira de luta do Movimento Estudantil, foi tomada pelo Estado, institucionalizada pela força da lei da reforma do ensino, e então devolvida aos estudantes como um desafio político. No entanto, não lhes foi dada, juntamente com esta devolução, qualquer condição estrutural para se organizarem, ou mesmo para participarem nas questões das Universidades. (SOUSA, 2010, p. 49)

Os *Campi* Avançados surgiram como a proposta às críticas dos estudantes que haviam participado do Projeto Rondon e que reclamavam por ações mais sistematizadas e permanentes e representavam, conforme Gurgel (1986, p. 119), “[...] um estágio mais maduro e sistematizado no Projeto Rondon”. O ponto em comum, entre o Rondon, Extensão Universitária e *Campi*, surgindo a partir de uma IES do CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária) era a possibilidade de integração entre as regiões carentes por meio de ações interiorizadas.

O período da ditadura militar, segundo Sousa (2010), foi um retrocesso para a educação brasileira e a construção do pensamento crítico. Diversos planos foram criados, sempre a fim de coordenar as já existentes e eliminar estruturas paralelas aos mecanismos de organização geral de extensão.

Nesse período, as políticas estrangeiras extensionistas, projetos de ação, entre outros, eram “importadas” como modelos pelos quais as universidades brasileiras deveriam adequar-se eximindo sua responsabilidade frente às consequências e produções.

⁸ Em 1964 a UNE foi cassada e passou a viver na clandestinidade, o que a obrigou a mudar de tática, dando maior ênfase às atividades de combate ao novo governo. O que terminou por provocar a desagregação do Movimento Estudantil, [...] que foi sutilmente direcionada pelo Estado para atuar nos serviços de extensão, via Projeto Rondon. Em substituição à UNE, o Estado criou o Diretório Nacional dos Estudantes (DCE). (SOUSA, 2010, p. 48)

⁹ Projeto Rondon: objetiva o intercâmbio de estudantes de todas as regiões do país, em especial os do sul e do sudeste para levar às regiões norte, nordeste e centro-oeste propostas de desenvolvimento, integrando os universitários com a realidade do país. Ainda é umas das ações de extensão mais importantes do Brasil.

A década de 80, período marcado estabelecimento da constituição brasileira (1988), inaugura uma fase de democratização da universidade e fortalecimento da categoria docente. Assim, novas discussões emergiram, promovendo o debate do conceito de extensão.

A criação do Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) foi fundamental na reformulação do tripé universitário - ensino, pesquisa, extensão, sendo considerada via de mão dupla nas relações entre universidade e sociedade.

Em 1987 o FORPROEX elaborou a concepção processual de Extensão Universitária: “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (FORPROEX, 1987, p. 11). Essa conceituação supera a ideia da Extensão como mero assistencialismo, transmissão de conhecimento ou como atividade complementar dissociada da pesquisa e do ensino (GOMEZ, 2018, p. 46).

O FORPROEX atuou na construção da Política Nacional de Extensão (2012) que está em vigor na atualidade, especialmente porque as discussões foram construindo a conceituação crítica da Extensão Universitária: “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e sociedade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p.15). Após a publicação dessa política, o Plano Nacional de Educação (2014-2024), traz como meta a inserção curricular da Extensão, a qual é abordada na seção seguinte.

O Plano Nacional de Educação e a Concepção Crítica de Extensão no Brasil: Protagonismo Estudantil

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, é um instrumento brasileiro de planejamento que orienta a efetivação e o desenvolvimento de políticas públicas na área da educação. Organizado em metas e estratégias, para serem efetivadas em um período de dez anos (2014-2024), o Plano propõe uma nova reflexão conceitual da extensão, um processo formativo efetivamente indissociável ao ensino e à pesquisa.

Embora a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) determinem a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, pesquisadores como Souza (2013), Rodrigues (2014) e Teixeira (2014) constatarem que essa indissociabilidade ainda não está consolidada nas universidades brasileiras. Além disso, há muitas práticas de extensão de caráter assistencialista ou mercantilista, balizadas por uma concepção tradicional de educação e inserção social, as quais precisam ser repensadas.

Pesquisas de estado do conhecimento sobre a inserção curricular da extensão, no período que compreende os últimos dez anos, mostram que ainda não há um aprofundamento na literatura sobre o referido assunto. Tal fato possivelmente ocorre porque as universidades brasileiras ainda estão debatendo o tema, buscando estratégias de implementação da meta 12.7 do PNE (2014) que prevê:

[...] assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social. (BRASIL, 2014, p. 74)

A inserção curricular da extensão proposta pelo PNE e constitui-se num desafio para as universidades brasileiras que, até então, não reconheciam o devido valor da extensão. Tal fato é atestado pelo baixo envolvimento docente e estudantil em projetos extensionistas, em função da pouca disponibilidade de recursos, bem como da supervalorização da pesquisa que ocorre em boa parte das instituições de educação superior brasileiras.

De acordo com Imperatore e Pedde (2015, p. 8), entre os desafios da inserção curricular da extensão, estão:

[...] demolição dos muros, do isolamento da educação e da universidade; a intermediação com a realidade; a articulação entre teoria e prática; o respeito e valorização à diversidade de sujeitos e práticas; perspectiva interdisciplinar – integração de saberes (rejeição do cientificismo excludente) e a deposição do distanciamento entre disciplinas, conjugando o ético, o estético, o religioso, o político, o econômico e o social; redefinição de universidade e, por consequência, de projetos de curso, a partir de critérios epistemológico-pedagógicos e não de definições político-administrativas meramente instrumentais; concepção de currículo a partir de atividades acadêmicas de ensino pesquisa-extensão (para além de conteúdos/disciplinas justapostos), que possibilitem trajetórias de formação diferenciadas e articuladas, segmentadas em núcleo “duro” /específico, núcleo de formação geral/complementar e programas e projetos de Extensão; valorização dos núcleos de governança na universidade, com ênfase nos colegiados de curso e núcleos docentes estruturantes - NDEs.

No mesmo sentido, Benetti *et al* (2015, p. 30) complementam que os principais desafios da creditação curricular da extensão são:

[...] incluir na discussão toda a comunidade acadêmica envolvida com o projeto pedagógico dos cursos (docentes, estudantes e técnicos); realizar o ajuste curricular para inclusão dos dez por cento da extensão sem aumentar a carga horária total dos cursos; ampliar o número de ações, de modo que todos os alunos de graduação tenham a oportunidade de participar e cumprir a carga horária prevista para essas atividades durante os anos de sua formação; a necessidade de infraestrutura, recursos materiais e de pessoal de apoio para a efetivação das ações extensionistas.

Diante disso, infere-se que o desafio da creditação da extensão no currículo vai além de um planejamento acadêmico, na medida em que poderá gerar uma mudança na concepção da própria universidade, com um olhar mais atento aos sujeitos em formação e à sociedade, numa efetiva integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Nessa direção Dalmolin e Vieira (2015, p. 7194) destacam dois aspectos fundamentais para se pensar a inserção da extensão na formação do estudante: “[...] primeiro, a partir de um olhar transversalizado (dentro da instituição e fora), como formação para a autenticidade, e o segundo, como formação para a pluralidade e convivência democrática”.

Acredita-se, portanto, que a inserção curricular da extensão vem ao encontro das prerrogativas da Reforma de Córdoba, pois, conforme os estudantes cordobenses, eles se levantaram: “[...] contra um regime administrativo, contra um método docente, contra um conceito de autoridade” (MANIFESTO DE CÓRDOBA, 1918, s/p).

Nesse sentido, os estudantes de Córdoba constituíram-se protagonistas de uma mudança radical nas universidades latino-americanas, com destaque aos deveres sociais dessas instituições. Por protagonismo estudantil entende-se a atuação de indivíduos em um determinado espaço com a possibilidade de influir em decisões, sendo um processo de empoderamento dos sujeitos envolvidos. Também, está associado ao exercício de responsabilidades e direitos em espaços democráticos, promovendo cidadania.

Assim, a inserção curricular da extensão nas universidades passou a proporcionar aos acadêmicos, das mais diversas áreas, o protagonismo na produção do conhecimento teórico-prático com base na vida e demandas sociais.

O exercício do protagonismo abre aos estudantes novas possibilidades de interação, fortalecendo sua capacidade de buscar soluções para as dificuldades e tomar decisões sobre sua atuação na comunidade, gerando mudanças significativas em seu modo de ser e se colocar no mundo. (STAMATO, 2010, p. 4)

Esse protagonismo acadêmico se constrói a partir de uma harmoniosa relação entre docentes e estudantes e de metodologias ativas que promovam a autonomia, a proatividade, a autoconfiança a responsabilidade social (COSTA, 2001). Além disso, promove uma relação balizada em práticas sociais [re]significadas entre os sujeitos e a formação curricular acadêmica.

A extensão, tem potência para contribuir com que a universidade se constitua um ambiente mais democrático e aberto à sociedade, em contraponto ao regime administrativo fechado criticado na Reforma de Córdoba. Também, tem por finalidade promover mudança no método docente e aprendizagem compartilhados e interdependentes entre sociedade e universidade.

Para superar o autoritarismo, cabe lembrar a importância da participação dos estudantes nas discussões e no planejamento da implementação da extensão no currículo. Enfim, ao adotar o conceito crítico de extensão, é importante que se busque superar as antigas concepções de pedagogia universitária, na perspectiva de efetivar a indissociabilidade do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão).

Considerações Finais

A intersecção entre a Reforma de Córdoba e a extensão universitária foi a luta pela justiça social e pela educação pública universal. As manifestações de Córdoba ainda estão presentes nos dias atuais nas universidades, pois apesar de suas conquistas, ainda há muito para avançar no que diz respeito a políticas públicas e financiamento.

No tocante à extensão universitária, o Brasil tem construído algumas políticas de extensão, porém com pouco apoio financeiro e valorização da extensão na pedagogia universitária, o que dificulta o engajamento da comunidade universitária. Diante disso, a crítica dirigida às universidades pelos movimentos estudantis ocorreu porque a pesquisa era (e ainda é) desenvolvida sem levar em conta os problemas sociais.

Acredita-se que a extensão venha a se constituir indissociável do ensino e da pesquisa a partir do Plano Nacional de Educação (2014-2014), o qual determina que dez por cento dos créditos curriculares sejam em formato de projeto ou programas de extensão até o prazo de 2020. Entretanto, é preciso que as universidades estabeleçam seus critérios para a creditação das atividades extensionistas, o que ainda vem sendo debatido.

Nesse sentido, constatou-se que existe pouca profundidade nas literaturas disponíveis acerca da inserção curricular da extensão universitária. Destarte, considera-se que esse tema é relevante e precisa ser investigado de forma aprofundada, uma vez que é emergente no contexto universitário nos processos de [re]construção/reforma curricular dos cursos de graduação.

Como se reivindicou em Córdoba, acredita-se que a extensão universitária poderá unir os estudantes e seus professores, gerando uma relação mais próxima, sensível, de responsabilidade social e de inserção prática na sociedade a partir dos conhecimentos construídos ao longo do tempo de formação nos cursos superiores. Essas mudanças também vão refletir na gestão acadêmica nas IES e na democratização das tomadas de decisão, assim como almejavam os alunos cordobenses.

Por fim, acredita-se que, assim como em Córdoba, quando os estudantes se tornaram protagonistas da história universitária, a partir da inserção curricular da extensão, eles se tornarão protagonistas da sua formação acadêmica, na perspectiva de inserção social e produção de impactos sociais e educacionais.

Referências

AZEVEDO, Mário Luiz Nunes de; BRAGGIO, Ana Karine; CATANI, Afrânio Mendes. A Reforma Universitária de Córdoba de 1918 e sua influência no Brasil: um foco no movimento estudantil antes do golpe de 1964. **Revista Latinoamericana de Educación Comparada**,

ano 9, n. 13, p. 37-51. Junio 2018 - Outubro 2018. ISSN 18533744. Disponível em: <http://www.saece.com.ar/relec/revistas/13/art4.pdf> Acesso em: 19 set. 2018.

BARROS, Enrique *et. al.* **La juventude argentina de Córdoba a los hombres libres de Sud América:** Manifiesto de La Federación Universitaria de Córdoba. La comisión directiva de la Federación Universitaria de Córdoba. Museo Casa de La Reforma Universitaria. Córdoba. Disponível em: <http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm> Acesso em 02 out. 2018.

BEMVENUTI, Vera Lúcia. **Da Intenção ao Gesto:** a Extensão Universitária como Prática Acadêmica na Perspectiva da Construção do Conhecimento Novo. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. UFRGS. 2002. Disponível em: http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero%20002/artigos/area_comunicacao/area_comunicacao_01.htm. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Capítulo III, seção 1, artigo 207. Senado Federal, Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html> Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/legislacao. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Institui as Diretrizes da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 18 set. 2018.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos; SARMENTO, Dirléia Fanfa (org). **Extensão universitária:** uma questão em aberto. São Paulo: Ed Xamã, 2011. 151 p. ISBN 978-85-7587-066-2. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/16236/1/Extract%20livro_extensao%20universitaria_105-123.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **A presença da Pedagogia: teoria e prática da ação socioeducativa.** 2. Ed. São Paulo: Global; Instituto Ayrton Senna, 2001. ISBN 8526006436.

DALBEN, Ângela Imaculada; VIANNA, Paula Cambraia de Mendonça. Gestão e avaliação da Extensão Universitária: a construção de indicadores de qualidade. **Revista Interagir:** pensando a Extensão, Rio de Janeiro, n. 13, p. 31-39, jan./dez. 2008. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/1669>. Acesso em: 21 jan. 2018.

DALMOLIN, Bernadete Maria; VIEIRA, Adriano José Hertzog. Curricularização da extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica. EDUCERE: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba. **Anais.** Curitiba: PUCPR, 2015. p.7186-

7201, out. 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf. Acesso em: 10 maio 2018.

DOMINGUES, Eron da Silva Domingues. **Extensão universitária na UFSM: Propostas para um instrumento de avaliação**. Orientador: Alberto Souza Schmidt. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9628/DOMINGUES%2c%20ERON%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 ago. 2018.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401/14733>. Acesso em: 20 de set. 2018.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). Encontro Nacional FORPROEX, 1., 1987, Brasília. **Anais**. Brasília: UnB, 1987. p. 11-18. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: UFMG, 2012. 41 p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: para quê?**. Instituto Paulo Freire, São Paulo, 15 fev. 2017. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria-para-que>. Acesso em: 02 set. 2018.

GERMANO, José Willington. As quarenta horas de Angicos. **Educação e Sociedade**. v.18 n.59, Campinas, SP: Scielo ago. 1997. p. 389-393. *Print version*: ISSN 01017330, *Online version*: ISSN 16784626. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000200009. Acesso em: 20 set. 2018.

GOMEZ, Simone da Rosa Messina. **Gestão universitária e qualidade na extensão: Institucionalização de cursos de línguas estrangeiras na UFSM**. Orientador: Elisiane Machado Lunardi. 2018. Dissertação. (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional). Santa Maria, 2018.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação**. São Paulo: Cortez, Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir. “Curricularização” da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA, 13., 2015, Havana. **Anais** [...]. Santa Catarina: IFSC, 2016. 10 p. Disponível em: http://curricularizaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf. Acesso em: 1 de out. 2018.

MANIFESTO DE CÓRDOBA: UM GRITO QUE RESISTE ENTRE NÓS. **Jornal da Universidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1º jun. 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/2018/06/01/manifesto-de-cordoba-um-grito-que-resiste-entre-nos>. Acesso em: 20 set. 2018. Não paginado.

LIMA FILHO, Humberto Correia. **Análise da adequação das Instituições de Ensino Superior localizadas na região metropolitana de Fortaleza ao plano nacional de Extensão Universitária**. Orientador: Maria Elias Soares. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10494>. Acesso em: 15 set. 2018.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e educação de adultos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

POENER, Arthur José. Saiba a história do movimento estudantil. **Metanoia: movimento estudantil em evidência**, 2013. Disponível em: <http://www.unicap.br/webjornalismo/metanoia/?p=74>. Acesso em: 19 de set. 2018.

RODRIGUES, Valéria Maria. **O programa de Extensão Universitária PROEXT no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012: uma análise a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia**. Orientador: Marcelo Soares Pereira da Silva. 2014. Dissertação (mestrado em educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13999/1/ProgramaExtensaoUniversitariaProex.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; AZEVEDO, Mário Luiz Neves. A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918). In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo; ABOITES, Hugo. (orgs.) **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires: CLACSO, 2008, 300 p. ISBN 9789871543052 Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109062939/sader.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

UNIÓN DE UNIVERSIDADES DE AMÉRICA LATINA (UDUAL). **Primeiro Congresso De Extensão Universitária Latino-Americana**, Guatemala, 1949. Disponível em: <http://132.247.171.154:8080/handle/Rep-UDUAL/695>. Acesso em: 12 set. 2018. Não paginado.

UNIÓN DE UNIVERSIDADES DE AMÉRICA LATINA (UDUAL). **I Conferencia Latinoamericana de Difusión Cultural y Extensión Universitaria**. UDUAL/UNAM. Chile, 1949. Disponível em: <http://campus-oei.org/guiainiv/red010.htm>. Acesso em: 12 set. 2018. Não paginado.

UNIÓN DE UNIVERSIDADES DE AMÉRICA LATINA (UDUAL). **II Conferencia Latinoamericana de Difusión Cultural y Extensión Universitaria**. UDUAL/UNAM. México, 1972. Disponível em: https://www.academia.edu/32883869/La_II_Conferencia_Latinoamericana_de_Difusi%C3%B3n_Cultural_y_Extensi%C3%B3n_Universitaria_1972_Un_debate_vigente. Acesso em: 12 set. 2018. Não paginado.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da Extensão Universitária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010, 2ª ed. 140 p. ISBN: 9788575164280.

SOUZA, Lenilda Alves Pereira. **Extensão Universitária: Institucionalidade e compromisso social**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_GO_f59fd9ae62864fccce5ba37f5f418b3b. Acesso em: 20 set. 2018.

STOMATO, Maria Izabel Calil. **Extensão Comunitária: O protagonismo do estudante universitário na formação interdisciplinar**. PBL 2010 **Congresso Internacional de Aprendizagem Baseada em Problemas**. São Paulo, Brasil, 8-12 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/pbl2010/trabs/trabalhos/TC0514-1.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

TEIXEIRA, Carine. **A Gestão dos processos da Extensão Universitária em uma IES Pública**. Orientador: Felipe Martins Müller. 2014. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8317>. Acesso: 15 set. 2018.